725, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 8º - Os beneficiários, atendendo as normas do Programa Imóvel na Planta, não poderão ser proprietários de imóveis no Município de Boa Vista, exceto o lote para a construção da unidade disposta nesta Lei, e nem detentores de financiamento ativo no Sistema Financeiro de Habitação - SFH, em qualquer parte do País, bem como não poderão ter sido beneficiados com desconto pelo FGTS desde 01 maio de 2005.

Art. 9º - A participação do Município de Boa Vista dar-se-á mediante a concessão de contrapartida consistente em destinação de recursos financeiros, sendo que o valor do desconto, a que têm direito os beneficiários, somente será liberado após o aporte por este Município, na obra, de valor equivalente à caução de sua responsabilidade.

Art. 10 - Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder garantia, em forma de caução, do pagamento das prestações relativas aos financiamentos contratados pelos beneficiários do Programa de que trata esta Lei.

§ 1º - O valor relativo à garantia dos financiamentos ficará depositado em conta gráfica caução em nome da CEF, remunerada mensalmente com base na taxa SELIC ou na taxa que vier a ser pactuada em aditamento ao termo de Parceria e Cooperação.

§ 2º - Ao final do prazo de vigência do contrato financeiro, o valor remanescente relativo à garantia dos financiamentos, depois de deduzidos os impostos incidentes e os custos devidos ao banco credor pela administração dos recursos, se houver, será devolvido ao Município.

Art. 11 - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária nº 164820175.1023-44.90.51.01, Construção de Unidades Habitacionais para pessoas de Baixa Renda.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista/RR, em 14 de Julho de 2006.

Iradilson Sampaio de Souza
Prefeito Municipal de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 882, DE 14 DE JULHO DE 2006.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO A SERVIDORES NA FORMA ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Boa Vista aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Gratificação de Serviço Voluntário, denominada GSV, devida aos servidores da Guarda Municipal e aos Agentes de Trânsito sem prejuízo da remuneração integral relativa a seu cargo.

§ 1º. Farão jus a Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata o caput deste artigo, os servidores da Guarda Municipal e os Agentes de Trânsito, no efetivo exercício de suas funções, que voluntariamente, durante seu período de folga, apresentar-se para serviço nas ações eminentemente preventivas, auxílio ao público e proteção dos bens, das instalações e serviços da guarda, fiscalizar, ordenar e orientar o trânsito e os transportes coletivos, manter a fluidez e a segurança do trânsito urbano, e outras atividades correlatas.

§ 2º. A gratificação de que trata o caput deste artigo, não será paga cumulativamente com gratificação de cargo comissionado ou função de confiança, e não se incorpora a remuneração e aos proventos da aposentadoria ou pensão e nem servirá de base de cálculo para qualquer vantagem.

§ 3º. O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança requisitado ou designado na forma do § 1º deste artigo, deverá optar pela GSV ou pela remuneração do cargo em comissão ou função de confiança que ocupa, ou por outra gratificação que vier a perceber, respeitado o art. 50, da Lei nº. 458/98.

Art. 2º. A Gratificação de Serviço Voluntário prevista no artigo 1º desta Lei, constituirá em número de dias trabalhados no decorrer do período mensal.

§ 1º. Para efeito de cálculo, o valor unitário por dia trabalhado corresponderá a R$ 50,00 (cinqüenta reais) e sua majoração posterior será fixada através de Decreto do Poder Executivo Municipal, nos mesmos índices de aumento dos vencimentos concedido aos servidores públicos municipais.

§ 2º. O limite máximo da Gratificação do Serviço Voluntário (GSV) exercido pelos servidores contemplados nesta Lei, será de 15 (quinze) dias por mês.

§ 3º. Fica vedado aos Guardas Municipais e aos Agentes de Trânsito ultrapassarem o limite da quantidade trabalhada de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista/RR, em 14 de Julho de 2006.

Iradilson Sampaio de Souza
Prefeito Municipal de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 884, DE 14 DE JULHO DE 2006.

"DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO DO LOTE Nº. 0205, DA QUADRA Nº. 013 - ZONA 15, DO BAIRRO CIDADE SATÉLITE, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Boa Vista aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica desafetada de sua primitiva destinação para que se torne bem público disponível, o lote de terra nº. 0205, da quadra 013, zona 15, do bairro Cidade Satélite, nesta cidade, destinado a unificação ao lote de terra nº. 0171, da quadra 013, zona 15, no bairro Cidade Satélite, nesta Cidade.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a área descrita no artigo anterior ao IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de ampliação da área do Centro de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres - CETRAS, visando conceder espaço suficiente aos animais apreendidos.

Art. 3º - Das escrituras de doação e/ou Título Definitivo deverá constar obrigatoriamente que "a área doada não poderá ser alienada, e nem oferecida em garantia de financiamento pelo beneficiário, nem tão pouco ser dada destinação diversa, do objetivo constante no Art. 2º da presente Lei, sob pena de nulidade do ato, com a reversão da supra citada área ao Patrimônio do Município de Boa Vista, e conseqüente perda, em favor deste último, das benfeitorias nela construídas, sem que disto decorra quaisquer direitos indenizatórios".

Art. 4º - Fica o Setor Competente do Município, Divisão de Cadastro Imobiliário, encarregado de efetuar as respectivas alterações cadastrais.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista/RR, em 14 de Julho de 2006.

Iradilson Sampaio de Souza
Prefeito Municipal de Boa Vista